## MENSAGEM LEGISLATIVA – PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Prezados Vereadores e Prezada Vereadora,

O Vereador signatário, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno desta Casa, vem, respeitosamente, apresentar o seguinte projeto de lei.

A presente proposição visa instituir a obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação Básica das escolas do município de Canguçu – RS, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da inclusão social e do direito à educação.

A inclusão da LIBRAS no currículo escolar atende ao disposto na Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, determinando, em seu artigo 3º, que "o sistema educacional federal e os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem garantir a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores".

Complementando essa norma, o **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, regulamenta a referida lei e estabelece, no artigo 14, que "as instituições de ensino devem garantir, obrigatoriamente, a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, pedagogia e licenciaturas".

Além disso, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), reforça o direito à educação inclusiva e ao acesso aos meios adequados de comunicação, garantindo, no artigo 28, que "o sistema educacional inclusivo deve assegurar [...] oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua".

No plano educacional, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, também reforça a importância da diversidade linguística e da inclusão de práticas pedagógicas que contemplem a pluralidade cultural e linguística do país, incluindo o respeito às especificidades das comunidades surdas.

Portanto, a presente iniciativa legislativa está em plena harmonia com a legislação federal, promovendo o fortalecimento da cidadania, o combate à exclusão social e o respeito à diversidade. A implantação do ensino de LIBRAS nas escolas municipais de Canguçu representa um avanço significativo na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, garantindo o acesso e a permanência dos estudantes surdos em sala de aula, bem como contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, empática e plural.



Canguçu, 18 de Julho de 2025.

MAURO RENÃ DOS REIS SILVEIRA Vereador da Bancada MDB

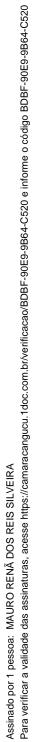
## PROJETO DE LEI

EMENTA: "Dispõe sobre a implantação do ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – nas escolas da rede municipal de ensino de Canguçu – RS, como parte integrante da Educação Básica, e dá outras providências."

- **Art. 1º** Fica instituído o ensino da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS como parte integrante do currículo da Educação Básica nas escolas da rede pública municipal de ensino de Canguçu RS.
- **Art. 2º** -O ensino de LIBRAS será implementado de forma gradual, respeitando a estrutura das unidades escolares e a formação dos profissionais da educação.
  - Art. 3ºA Secretaria Municipal de Educação será responsável por:
- I Garantir a formação continuada e/ou capacitação de professores em LIBRAS;
- II Disponibilizar materiais pedagógicos e recursos didáticos adequados ao ensino da LIBRAS;
- III Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, centros de formação ou entidades especializadas na área da surdez e da educação inclusiva.
  - **Art. 4º** A inclusão de LIBRAS como disciplina curricular terá como objetivos:
- I Promover a inclusão de estudantes surdos ou com deficiência auditiva no ambiente escolar;
- II Estimular o respeito à diversidade linguística e cultural;
- III Proporcionar a alunos e profissionais da educação o conhecimento de uma segunda língua oficial do Brasil.
- Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de do corçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.
- Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no prazo de esta 180 (cento e oitenta) dias, para adequações pedagógicas e administrativas.

Canguçu, 18 de Julho de 2025.

MAURO SILVEIRA Vereador MDB





## **ARION LUIZ BORGES BRAGA**

Prefeito Municipal

Iniciativa: Poder Legislativo

Autoria: MAURO RENÃ DOS REIS SILVEIRA



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BDBF-90E9-9B64-C520

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MAURO RENÃ DOS REIS SILVEIRA (CPF 015.XXX.XXX-32) em 01/09/2025 13:52:52 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/BDBF-90E9-9B64-C520